

em 2018. O projeto não Acom Câmara)

## Grupo de índios tem interesse em terras do Estado



Reunião na Câmara tratou do assunto

**Montenegro** - A Câmara de Vereadores de Montenegro, através da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH), realizou encontro para tratar sobre a questão da área invadida por indígenas, nas margens da RS-287. Presentes, setores do Executivo, de áreas como Saúde, Educação, Assistência Social e Jurídica, além de vereadores, assim como dois representantes da comunidade indígena: Eliseu (cacique) e João Mauro Sales.

"O cacique Eliseu esteve diversas vezes em nosso gabinete para falar sobre a presença dos indígenas em nosso município, no qual eles escolheram morar", disse inicialmente a Vereadora Josi. Contou que a Comissão de Cidadania não tinha um entendimento sobre como agir neste caso: "por isso consideramos importante conversarmos, todos juntos, para verifi-

car como fica a situação deste núcleo da comunidade Kaingang, que está às margens da rodovia". Os indígenas solicitaram à Comissão que lhes dessem auxílio em questões como a colocação de banheiro, iluminação (que não existe no local), e para terem uma estrutura mínima de moradia. Na Câmara, o cacique Eliseu falou que havia sido comentada a possibilidade de o Município ceder um espaço para os indígenas.

O Secretário Municipal de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania, João Marcelino da Rosa, contou que a primeira reunião para tratar do assunto foi no gabinete do prefeito, com a presença de representantes do Ministério Público Federal e Fundação Nacional do Índio - FUNAI. "A princípio, a vinda para cá seria em caráter temporário. Depois, eles manifestaram

que gostariam de ficar em Montenegro. Havia um número grande de famílias, que se reduziu, sendo que atualmente são sete. Naquela ocasião, eles disseram que teriam interesse em uma área de terras no estado.

Enquanto isto houve a reintegração de posse da área onde eles estão, que pertence ao Imec, e tinha até o dia oito, para sair de lá". Naquela reunião no gabinete, tratado sobre a busca de alternativas até que fosse possível um contato com o Estado, para verificar onde eles poderiam ser realocados. Conforme o secretário, definida a indicação de uma área pertencente ao Município, "desde que a permanência deles fosse temporária, estabelecendo-se um período de noventa dias, prorrogável, e estando tudo documentado". (Foto:Acom Câmara)